


**Celso Ming**

celso.ming@estadao.com

## Eleições à vista e falta de estratégia

**A**s eleições municipais, base para o desenho político de 2026, estão a pouco mais de cinco meses e, no entanto, o presidente Lula parece aflito com a falta de argumentos eleitorais para apresentar.

O Bolsa Família já não rende tanta propaganda eleitoral como antes. O Desenrola, que se propôs a renegociar as dívidas de até R\$ 20 mil, apresentou algum resultado, mas o endividamento familiar continua muito alto. Nem mesmo o governo parece entusiasmado com a queda do desemprego para a casa dos 7% da força de trabalho. O avanço do PIB, da ordem de 2% ao ano, é maior do que o que estava nas expectativas, mas o presi-

dente Lula acha pouco.

Fora a reforma tributária – que, por enquanto, não garante voto –, o governo Lula não consegue apresentar estratégia sustentável de desenvolvimento econômico e de criação de renda. Em fevereiro, apresentou, em meio a um show de trombetas, a Nova Indústria Brasil, baseada em discursos requeentados. Mas, até agora, ninguém sabe a que veio. Nem as tais metas cobradas pelo presidente, que pormenorizariam o projeto, chegaram a ser anunciadas. Os investimentos noticiados há semanas pelas montadoras de veículos têm mais a ver com iniciativas das matrizes sediadas no exterior do que com diretrizes de política ind-



BRUNO PONCEANO/ESTADÃO

mail.com

dustrial do governo.

Uma das ideias grávidas de sucesso seria o lançamento de um programa consistente de reformulação energética, com potencial para a redenção da indústria. Mas, nesse campo, as coisas estão emperradas, mais por falta de decisão política e de regras claras de jogo do que de recursos para investimentos.

Nessa paisagem, o presidente Lula tenta ocupar os espaços da

opinião pública, com tiradas proferidas de seus próprios cercadinhos. Não para de desancar o presidente do Banco Central e a política de juros, como se tudo dependesse de crédito barato.

Cria fuzus na direção da Petrobras, cujo efeito imediato são enormes solavancos no fluxo de recursos no mercado, que o presidente atribui a meras divergências de opinião entre alguns dos seus ministros e ele próprio. Afinal, a distribuição de dividendos, antes “inadmissível”, como afirmaram os engenheiros da Petrobras, sairá como queria seu presidente, que vinha sendo frito por isso.

Do ministro Fernando Haddad, um dos mais ativos do governo, cobra menos leitura e

mais ação. Do sempre risonho vice-presidente Geraldo Alckmin, quer que se mexa mais para articular com os políticos.

O maior engano do presidente Lula é o de que rombo fiscal não seja problema. Pior ainda, é achar que seja solução eleitoral. Ao contrário do que ele afirma e de acordo com o que já pensou, todo gasto é gasto, não importa a designação do momento, seja custeio, investimento ou benefício social. Quando a despesa ultrapassa a receita, o resultado é mais inflação, mais dívida, mais juros, mais incerteza, menos propensão ao investimento das empresas e menos emprego. Simples assim. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

### Impostos Nova fase

## Projeto do governo indica 15 itens para cesta básica com imposto zero

*Entres os produtos, estão arroz, leite e pães; texto prevê devolução de parte do imposto federal sobre água e esgoto*

BIANCA LIMA  
MARIANA CARNEIRO  
ALVARO GIBEL  
BRASÍLIA

Enviado ontem ao Congresso, o projeto de lei do governo que regulamenta a reforma tributária trouxe a lista dos itens que vão compor a cesta básica nacional – e que, portanto, terão imposto zero. O governo optou por uma lista reduzida, de apenas 15 itens, com foco em alimentos in natura ou minimamente processados.

São eles: arroz, leite, manteiga, margarina, feijão, raízes e tubérculos, cocos, café, óleo de soja, farinha de mandioca, farinha e flocos de milho, farinha de trigo, açúcar, massas e pães. Já ovos, produtos hortícolas e frutas, apesar de não estarem na cesta básica, também terão alíquota zero do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Outros 14 tipos de produtos alimentícios terão imposto reduzido, ou seja, desconto de 60% em relação à alíquota cheia do IVA. Entre eles, estão carne bovina, óleos vegetais e sal de mesa iodado.

Há alimentos específicos, no entanto, que terão alíquota cheia (pagarão 100% do IVA) – e que são considerados artigos de luxo. Entre os peixes, por exemplo, pagarão 100% de imposto atum, bacalhau, salmão, trutas, lagosta e ovas (caviar). Entre as carnes, foie gras (figado gordo). Cogumelos e trufas também pagarão alíquota integral do IVA.

A justificativa do projeto de lei diz que um dos princípios norteadores para a seleção dos alimentos a serem beneficiados por alíquotas favorecidas

**Alíquota cheia**  
**Pelo projeto, produtos como atum, bacalhau e trufas serão taxados em 100% do IVA**

foi a “priorização dos alimentos in natura ou minimamente processados e dos ingredientes culinários, seguindo-se as recomendações de alimentação saudável e nutricionalmente adequada do Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde”.

Em meados do mês, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que seriam levados em consideração critérios de indução de saúde: “O trabalho do secretário (*extraordinário de reforma tributária*) Bernard Appy está sendo distri-

buir produtos por essas três cestas de maneira a induzir boas práticas de alimentação saudável (...). A reforma, em si, já nos permite esse tipo de distribuição”, disse Haddad, em entrevista à GloboNews.

**CASHBACK.** O governo também propôs cashback (devolução em dinheiro) de 50% do imposto federal pago pelos consumidores de menor poder aquisitivo nas contas de água e esgoto. O projeto de lei prevê ainda a mesma devolução para as contas de luz.

O cashback é defendido pela equipe econômica desde o início da tramitação da reforma no Congresso, no ano passado, como uma forma de criar um benefício tributário focalizado, diferente de uma redução de impostos que pode beneficiar também as famílias mais ricas.

O programa de cashback dos impostos será voltado para famílias com renda familiar per capita de até meio salário mínimo (o equivalente hoje a cerca de R\$ 700) e àquelas já cadastradas no Cadastro Único de programas sociais do governo. Pelo projeto, essas famílias ingressariam de maneira automática no sistema de devolução de impostos. ●

### Siafi Investigação em curso

## Invasão a sistema tem R\$ 14 milhões desviados para 17 contas correntes

DANIEL WETERMAN  
BRASÍLIA

Cerca de R\$ 14 milhões em dinheiro público foram desviados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e remetidos para 17 contas bancárias em quatro Estados (Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) abertas em nome de empresas e pessoas físicas. Até o momento, só há informação de que R\$ 2 milhões foram recuperados.

A suspeita é de que esses recursos tenham sido desviados depois de um ataque ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), destinados a pagar servidores públicos, fornecedores e para transferências oficiais para Estados e municípios. A Polícia Federal investiga o caso sob sigilo.

O dinheiro estava reservado para o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), empresa de tecnologia do governo federal, e deveria custear serviços de tecnologia da informação, suporte a sistemas eletrônicos e manutenção de bases de dados oficiais. Os recursos foram parar em contas em nome de empresas incluindo uma construtora, uma mineradora e uma revendedora de bebidas, além de pessoas físicas e até beneficiários de programas sociais, como apurou o *Estadão*. A suspeita é de que essas pessoas não receberam o dinheiro, mas tiveram

os seus dados usados por criminosos para abrir as contas.

No dia 28 de março, véspera do feriado de Páscoa, foram movimentados R\$ 3,8 milhões do Ministério da Gestão que deveriam ir para o Serpro. Mas o dinheiro foi parar em contas abertas no nome de três empresas: R\$ 2 milhões para uma fabricante de móveis de Campinas (SP); R\$ 1 milhão para uma construtora do Rio; e R\$ 763,9 mil para uma gestora de investimentos, também no Rio. O governo só conseguiu recuperar R\$ 2 milhões. O ministério não se pronunciou.

**Diversos destinos**  
**A investigação encontrou dinheiro em contas de empresas e de pessoas físicas em 4 Estados**

No dia 16 de abril, novo ataque terminou com o desvio de mais R\$ 10,2 milhões do TSE. O dinheiro foi para 14 contas, incluindo uma construtora em São Paulo, uma mineradora em Itaipu de Minas (MG), uma empresa que vende água em Una (BA) e sete pessoas físicas. Não há informação se esse dinheiro foi recuperado. Procurado, o TSE informou que o caso está sob investigação da PF. Os R\$ 5,5 milhões do TSE foram enviados para sete contas de pessoas físicas, todas abertas em Paulínia (SP), incluindo beneficiários do Bolsa Família e do auxílio emergencial na pandemia. ●

PREMIUM DO SUBSISTEMA DE SEGURANÇA  
Presseguição.com - 11 904 278 8604  
Conteúdo não publicado oficialmente

P pressreader